



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Fundamentos do Serviço Social

POR QUE É TÃO NECESSÁRIO REAFIRMAR A IMPORTÂNCIA DAS DIRETRIZES CURRICULARES DA ABEPSS DE 1996 PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL?

ANGELY DIAS DA CUNHA¹

RESUMO: O presente artigo é fruto de pesquisa bibliográfica sobre o percurso que culminou com a construção das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, sua importância para um perfil profissional crítico e as inflexões provocadas pelo MEC, com a aprovação das Diretrizes Gerais para o Curso em 2022 e a abertura para oferta de uma formação pela via do mercado.

Palavras-chaves: Diretrizes curriculares da ABEPSS/1996. Fundamentos do Serviço Social. Diretrizes curriculares do MEC/2022.

ABSTRACT: This article is the result of bibliographical research on the path that culminated in the construction of the ABEPSS Curricular Guidelines of 1996, its importance for a critical professional profile and the inflections caused by the MEC, with the approval of the General Guidelines for the Course in 2022 and the opening to offer training via the market.

Keywords: ABEPSS/1996 curriculum guidelines. Fundamentals of Social Service. MEC/2022 curriculum guidelines.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem o objetivo de analisar o percurso que culminou com a construção das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, sua importância para um perfil profissional crítico e as inflexões provocadas pelo MEC, com a aprovação das Diretrizes Gerais para o Curso em 2022,

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ao contribuir com abertura de uma formação profissional adequada dos interesses burgueses. Ancorada no método crítico-dialético apresenta a importância da teoria social crítica para formação de um perfil profissional capaz de realizar análises de totalidade sobre a realidade social. A pesquisa que fundamentou sua elaboração é de cunho biográfico e foi realizada ao longo do mestrado acadêmico em Serviço Social, continuada no doutorado.

Como resultado de um amplo debate na profissão, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 mostra sua atualidade e importância principalmente em uma conjuntura atual de avanço de vertentes conservadoras na profissão, que reivindicam mudanças nessas diretrizes, acusando-as de ultrapassada e insuficientes para formar profissionais para o mercado de trabalho e que executam, especialmente, nas redes sociais, de forma "camuflada" a prática terapêutica, empreendedora, coach, mentora por meio do Serviço Social autônomo.

Com a finalidade de fortalecer o projeto profissional do Serviço Social, em um primeiro momento, esse artigo apresenta a construção e importância das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 para o serviço social crítico e em um segundo momento são tecidas algumas considerações necessárias, que visam deixar provocações e reflexões para escritos futuros, pois reconhecemos sobre a insuficiência de esgotar o assunto em apenas algumas páginas.

1. A CONSTRUÇÃO E IMPORTÂNCIA DAS DIRETRIZES CURRICULARES DA ABEPSS DE 1996 PARA O SERVIÇO SOCIAL CRÍTICO

As Diretrizes Curriculares da ABEPSS, resultado de um amplo debate no Movimento de Reconceituação na América Latina (MR)¹ e do Processo de Renovação no Brasil² em suas diferentes vertentes, são parâmetros para a formação profissional enquanto dimensões do projeto ético-político do Serviço Social que, por sua vez é resultado de um amplo movimento de crítica ao conservadorismo no interior da profissão.

¹ O MR se expressou basicamente, através das concepções e posturas de dois grandes blocos: os modernizadores e os que apostavam na ruptura com o Serviço Social tradicional e com a ordem capitalista, ou seja, os reformistas-democratas e os radical-democratas (Netto, 2011).

² A renovação se inicia mediante a ação organizadora de uma entidade que aglutina profissionais e docentes, em seguida tem o seu centro de gravitação transferido para o interior das agências de formação, e, enfim, espalha-se desses núcleos para organismos de clara funcionalidade na imediata representação da categoria profissional – esta é a evolução que leva da ação quase que exclusiva do CBCISS ao debate nas escolas (principalmente nos cursos de pós-graduação) e, posteriormente, à conjunção desses dois espaços com aqueles de organizações estritamente profissionais. Neste processo, rebatem tanto o peso novo que vão adquirindo as agências de formação (postas a sua ampliação e a sua inserção acadêmica) quanto às implicações da organização da categoria (posto o mercado nacional de trabalho) [...]. (Netto, 1996, p.153)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Esse movimento de crítica é desenvolvido no processo de renovação, a qual teve a presença de três direções teóricas política e culturais: 1) a perspectiva modernizadora; 2) a perspectiva da reatualização do conservadorismo e 3) a perspectiva da intenção de ruptura com o conservadorismo societal e profissional (Netto, 2011).

A primeira reflete o pensamento e as posturas do segmento profissional predominante naquele contexto, cuja preocupação central era a de adequar o Serviço Social às demandas do Estado burguês da ditadura militar. Para tanto, privilegia a busca pelo aperfeiçoamento do arsenal técnico-operativo enquanto estratégia para uma melhor e mais adequada implementação das políticas sociais vigentes. O tecnicismo é mantido, portanto, como uma necessária vinculação teórica com o pensamento conservador, preservando valores como o da liberdade individual, da justiça, da paz e da harmonia social, consolidando um conteúdo reformista burguês.

A perspectiva modernizadora está presente nos documentos de Araxá (1967)³, Teresópolis (1970)⁴ e na prática profissional técnica. Composta por matrizes teóricas diversificadas, essa perspectiva, influenciou inúmeros trabalhos de profissionais e docentes na segunda metade dos anos sessenta e o final da década seguinte, cujas reflexões basearam-se na construção de uma “metodologia do serviço social”⁵, valorizando a microatuação e o desenvolvimento do humanismo abstrato (Netto, 2011).

Segundo Netto (2011, p.192), as formulações do Documento de Teresópolis direcionam as mudanças sobre três lógicas: “apontam para a requalificação do assistente social, definem nitidamente o perfil sociotécnico da profissão e a inscrevem conclusivamente no circuito da “modernização conservadora””. Todo o discurso profissional arrancado desta tensão entre o “tradicional” e o “moderno” – que será resolvida pela subsunção do primeiro ao segundo, refere-se “às exigências do processo de desenvolvimento mundial que vêm impondo ao Serviço Social,

³ Realizado na cidade de Araxá em Minas Gerais, o seminário se caracterizou pela busca da ruptura com o “tradicionalismo” profissional – mesmo que seja de forma aparente essa ruptura. No plano teórico (por assim dizer), o documento está carregado de intensas contradições, isto porque, permanece ainda uma valorização da microatuação – na perspectiva do atendimento a indivíduos com desajustamentos familiares e sociais – e o plano de macroatuação ligada à visão global do homem – o desenvolvimento pleno do homem ligado ao humanismo abstrato.

⁴ No *Documento de Teresópolis* a ênfase é colocada na *Metodologia do Serviço Social*, este se diferencia do texto de Araxá apenas no sentido de seu direcionamento prático, pois, este se colocará como uma formulação decisivamente prático profissional. Destarte que, apesar de um apelo maior a adoção de práticas sistematizadas a partir de uma metodologia derivada das ciências sociais, o que se verifica é uma equalização dos procedimentos tradicionais através de uma roupagem formal do estrutural-funcionalismo configurando assim uma “modernização conservadora”.

⁵ Respalda todas as discussões acerca da “teorização do serviço social” neste período. A interação entre o aprofundamento teórico rigoroso e a prática renovada, politicamente definida, constitui elemento decisivo para superar as armadilhas ideológicas incorporadas pela profissão em sua evolução histórica: o voluntarismo, a prática rotineira e burocratizada, as tendências empiristas, o alheamento central do modo de vida do povo e o desconhecimento do saber popular etc. (Iamamoto, 2009, p. 37).

sobretudo em países ou regiões subdesenvolvidas, o desempenho de novos papéis” (Netto, 2011, p. 168).

O segundo momento da Renovação do Serviço Social no Brasil, conhecido como a reatualização do conservadorismo tem seus alicerces no catolicismo e nos privilégios aos componentes mais conservadores da tradição profissional, mostrando-se contrário às inovações que a perspectiva modernizadora introduziu no Serviço Social, encobrir-se por uma dupla crítica: à concepção teórica pautada no estrutural-funcionalismo de base positivista e às incidências da tradição marxista.

O objetivo dessa perspectiva é fundamentar as lacunas teóricas e metodológicas deixadas pela modernização conservadora, buscando barrar os avanços já alcançados com a retomada do pensamento crítico. Os “reatualizadores” recuperam os componentes mais estratificados e conservadores presentes na história da profissão, todavia sob o invólucro de um novo referencial teórico baseado na fenomenologia. Esta proposta recuperou o eticismo abstrato expresso “na humanização (cristã tradicional ou de fundo existencialista), (...) [na] valorização ‘profunda’ da personalidade, das ‘realidades psíquicas’, das ‘situações existenciais’ etc.” (Netto, 2011, p.158).

Nesse sentido, o segmento católico reatualizado reabsorveu valores como a centralidade da pessoa humana nas relações sociais, a autodeterminação do homem, a ajuda psicossocial que, por sua vez, de acordo com Netto (2011), não deixam de estar associados a outros, presentes desde a origem da profissão, tais como: dignidade humana, perfectibilidade humana, sociabilidade humana. Com este “horizonte” conservador o Serviço Social tanto na prática como na teoria, se voltou para a microatuação, o subjetivismo e a aparência na abordagem dos fenômenos sociais, referendando, portanto, a ordem burguesa.

Embebidos do pensamento fenomenológico, os assistentes sociais defensores de uma reatualização do conservadorismo utilizaram como estratégia uma crítica às correntes teóricas positivistas que orientaram o processo de modernização do Serviço Social. A crítica se concentra em dois aspectos da teoria positivista, o primeiro diz respeito à “interpretação causalística (e fatorial) da socialidade” e o segundo é em relação à “asepsia ideológica do conhecimento”.

A explicação (causal) dos fenômenos sociais é deslocada para a sua compreensão (fenomênica); a asepsia é rejeitada e denota-se uma explícita influência religiosa cristã (idem, p.205). Essa “vertente inspirada na fenomenologia, que emerge como metodologia dialógica,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

apropriando-se também da visão de pessoa e comunidade de E. Mounier (1936) dirige-se ao vivido humano, aos sujeitos em suas vivências [...]” (Yasbek, 2009, p. 8).

Já nas argumentações contrárias ao pensamento crítico, essa vertente teórico-metodológica da reatualização do conservadorismo na profissão não trava um debate direto e apropriado com esse pensamento emergente (desde o movimento de Reconceituação)⁶ apesar de utilizar-se de algumas categorias caras ao marxismo e por vezes “parece mesmo ignorá-lo (o marxismo) e não estabelece com ele qualquer polêmica franca e frontal [...]” (Netto, 2011, p. 207).

Na contracorrente dessas formulações, estudiosas da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais buscam transpor o debate da reatualização conservadora para uma ótica de ruptura seminal com o conservadorismo e conseqüentemente com o processo de modernização (Netto, 2011). Tem-se, a partir disso, a intenção de ruptura (terceira direção da renovação) com base na perspectiva crítica buscando romper com as concepções conservadoras presentes nos fundamentos da profissão.

Nesse lastro, o Serviço social aproxima-se dos movimentos sociais, conquista reconhecimento acadêmico com a criação dos programas de pós-graduação e passa a questionar os suportes teóricos, políticos, éticos e ideoculturais da sociedade burguesa e as concepções endógenas na profissão, o que permite o enfrentamento e a denúncia do conservadorismo societal e profissional⁷.

Sendo assim, é com o afloramento da luta pela abertura democrática que o movimento de intenção de ruptura encontra terreno fértil para ramificar-se com o pensamento crítico marxista aos “seguimentos profissionais ponderáveis”⁸ (idem, p. 248). Portanto, com a introdução do pensamento crítico marxista no Serviço Social emerge o debate acerca da materialidade histórica da profissão, do seu embricamento com a emergência do capitalismo na sua fase monopólica⁹, do

⁶ Cabe mencionar que as primeiras aproximações da profissão com as produções marxistas se caracterizam por alguns reducionismos típicos de leituras feitas a partir de obras não originais do pensamento de Karl Marx. Segundo Yazbek (2009, p.9) [...] quer pelas abordagens reducionistas dos marxismos de manual, quer pela influência do cientificismo e do formalismo metodológico (estruturalista) presente no “marxismo” althusseriano (referência a Louis Althusser, filósofo francês cuja leitura da obra de Marx vai influenciar a proposta marxista do Serviço Social nos anos 60/70 e particularmente Método de B.H, tem-se um marxismo equivocado que recusou a via institucional e as determinações sócio históricas da profissão. Deve-se isso as dificuldades enfrentadas pelos assistentes sociais em acessar as obras marxianas em plena conjuntura ditatorial.

⁷ Inicialmente o debate se restringe ao âmbito acadêmico só podendo ultrapassar as barreiras da universidade a partir da “reinserção da classe operária na cena política brasileira desatando uma nova dinâmica na resistência democrática”.

⁸ “[...] a perspectiva de intenção de ruptura depende, mais que outras tendências operantes no Serviço Social, de um clima de liberdades democráticas para avançar no seu processamento” (Netto, 2011, p. 249).

⁹ “O esclarecimento cuidadoso da inserção da profissão na divisão sociotécnica do trabalho e sua localização na estrutura sócio-ocupacional e a compreensão histórica da sua funcionalidade no espaço de mediações entre classes e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

seu compromisso com a classe trabalhadora e com a definitiva recusa às formas tradicionais/conservadora da profissão.

O segmento progressista e crítico põe em questão a ordem burguesa e a funcionalidade do Serviço Social a esta ordem, rompendo com a pseudoneutralidade política até então assumida pelos setores mais conservadores. É mediante essa tentativa de rompimento que o marxismo adentra a profissão e marca sua redefinição tanto teórico-metodológica como prático-filosófica¹⁰, possibilitando a profissão ampliar seu horizonte ideocultural para construção de um projeto profissional comprometido com um projeto de classe emancipatório centrado na — totalidade social, dialética e ontologia do ser social.

Neste sentido, assume-se o caráter político da profissão na defesa de um projeto de classe em disputa na sociedade – o projeto da classe trabalhadora, rompendo com os valores profissionais até então hegemônicos – assumindo outro projeto profissional e de classe pautado no pluralismo, na democracia, na igualdade social, na não exploração e discriminação de classe, raça, etnia e gênero, na emancipação humana como fim último.

A aproximação à teoria social crítica de raiz marxiana permitiu o avanço nos estudos sobre pesquisa/método¹¹ e a apreensão do Serviço Social enquanto profissão inserida na esfera da produção e reprodução da vida social, mais especificamente, na divisão sociotécnica do trabalho, enquanto uma especialização do trabalho coletivo (Iamamoto, 2012). Com essa concepção a profissão é apreendida não mais como uma “vocação”, ou uma extensão da militância católica, direcionada à prática “caritativa”, mas como uma intervenção profissional que atua no âmbito de processos e relações de trabalho.

Desse modo, o processo de maturação intelectual que a profissão começa a vivenciar, munindo-se de referenciais teóricos-críticos, permitiu um intenso diálogo com fontes inspiradoras do conhecimento, desdobrando-se num encontro de nova qualidade com a tradição marxista (Yasbek, 2009).

Estado redimensionam amplamente o alcance e os limites da intervenção, bem como o estatuto das suas técnicas, objetos e objetivos” (Netto, 2011, p.303).

¹⁰ Deve parte desse reconhecimento ao momento de espraiamento acadêmico com a obra *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho.

¹¹ Vale salientar, que antes da aproximação com o método marxista e suas categorias heurísticas (contradição; totalidade; historicidade e mediação), a professora Leila Lima Santos chegou a apresentar na Convenção da ABESS, em São Luís – MA, em 1971 uma proposta para a formação profissional baseada no método BH, cuja influência atingiu certos segmentos profissionais, particularmente aqueles mergulhados no positivismo. A preocupação dos seus formuladores em imprimir à profissão o caráter de um projeto alternativo ao tradicionalismo, não teve, do ponto de vista teórico-metodológico, o rigor necessário para aportar à profissão de um arcabouço que expressasse [...] ‘as mediações necessárias entre profissão e sociedade’, mas isso não retira sua importância para o fortalecimento da perspectiva crítica no Serviço Social (Amaral e César, 2008).

Assim, a aproximação da profissão com a vertente crítica-dialética a partir do contato direto com as obras de Marx e demais autores fiéis ao seu pensamento – sobretudo ao seu método de análise – possibilitou mudanças significativas no âmbito profissional, não somente em relação aos referenciais teórico-metodológicos, quanto também ao próprio fazer prático-operativo profissional (Simionato, 2009).

É no bojo da entrada das ideias neoliberais no Brasil que na contracorrente o Serviço Social firma seu projeto profissional articulado com a emancipação humana, esse por sua vez é fruto das reformulações do Currículo, em 1981, e do Código de Ética, em 1986, como momento de aprofundamento teórico em torno da ética e de afirmação da direção social tomada na Reconceituação (Netto, 2006).

Sendo assim, as Diretrizes Curriculares, como um dos pilares do projeto ético político¹², passam a ser entendidas como um conjunto de orientações que estabelecem a base comum para todos os cursos de Serviço Social no país, de forma que a partir dessas orientações às Instituições de Ensino possam elaborar o seu Currículo Pleno, pautado num projeto de formação profissional historicamente construído ao longo dos anos 1980 e 1990 pela ABEPSS.

Logo, a orientação de formação profissional expressos nessas diretrizes não se confunde com uma simples preparação para o emprego, muito menos para formar quadros profissionais. É um projeto profissional que articula ensino/pesquisa/extensão para apreensão das múltiplas determinações da realidade, que apresenta longo alcance em assentar o ensino-aprendizado na dinâmica da vida social e posicionar o profissional na realidade socioinstitucional (Koike, 2009).

Nesse processo, construiu-se um novo *ethos*, centrado no posicionamento da negação do conservadorismo e na afirmação da liberdade como princípio fundamental, este sendo reafirmado na vida cotidiana, na participação e política, no trabalho, no enfrentamento a novas necessidades, nas escolhas e posicionamentos de valor, na recusa de papéis tradicionais e na incorporação de novos referenciais ético-morais (Barroco, 2009).

O projeto profissional avança nas suas bases teóricas e éticas e as Diretrizes Curriculares (1996) inovadoras contribuíram/contribuem para o direcionamento do processo de formação profissional e para construção de um *ethos* crítico sustentado em três núcleos de fundamentação (ABEPSS, 1996):

¹² Esse projeto construído coletivamente apresenta a autoimagem da profissão, elege os valores que a legitimam socialmente, delimita e prioriza seus objetivos e funções, fórmula requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para seu exercício, prescreve normas para a conduta profissional e estabelece as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com outras organizações e instituições sociais privadas e públicas (Netto, 2006).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

- O núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, o qual compreende um conjunto de fundamentos ético-políticos e teórico-metodológicos de modo a proporcionar ao estudante de Serviço Social a compreensão do ser social enquanto totalidade histórica, além de fornecer os elementos necessários e fundamentais para a compreensão da sociedade burguesa e de seu movimento contraditório;
- O núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, o qual compreende os fundamentos que levam à compreensão dessa sociedade, ressaltando as suas características históricas particulares que orientam a sua formação e desenvolvimento urbano e industrial, em suas diversidades regionais e locais. Tal núcleo destina-se ainda na análise do significado do Serviço Social e seu caráter contraditório, no âmbito das relações entre as classes e destas com o Estado;
- O núcleo de fundamentos do trabalho profissional o qual abrange todos os elementos constitutivos do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo, abarcando: sua trajetória histórica, teórica, técnica e metodológica, os componentes políticos e éticos que englobam o exercício profissional, a pesquisa, o estágio supervisionado, o planejamento e a administração em Serviço Social.

Esses três núcleos representam na formação profissional à superação da fragmentação do processo de ensino e aprendizagem que outrora caracterizava os fundamentos do Serviço Social, proporcionando uma formação alicerçada na perspectiva de totalidade, a qual não hierarquiza, classifica e nem autonomiza os núcleos, agregando, assim, “um conjunto de conhecimentos indissociáveis para apreensão da gênese, manifestações e enfrentamento da questão social, eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional” (ABEPSS, 1996).

A proposta das Diretrizes Curriculares da ABEPSS define para a formação um perfil profissional com capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a apreensão teórico-crítica do processo histórico como totalidade. Considerando a apreensão das particularidades da constituição e do desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social na realidade brasileira. Além da apreensão das demandas e da compreensão do significado social da profissão; e a identificação das possibilidades de ações contidas na realidade e no exercício profissional que cumpram as competências e atribuições legais” (ABEPSS, 2014).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Cabe destacar que as atuais Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (com base no currículo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996) da antiga ABESS (Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social) expressam inúmeros avanços, dentre eles:

O amadurecimento da compreensão do significado social da profissão, a tradição teórica que permite a leitura da realidade em uma perspectiva sócio-histórica, as respostas da profissão à conjuntura e apontam para a consolidação de um projeto de profissão vinculado às demandas da classe trabalhadora (ABEPSS, 2014, p. 5).

Seu desenvolvimento deveu-se aos debates provenientes do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBA), realizado em 1979, conhecido como “Congresso da Virada”, na direção da construção das bases para o Currículo Mínimo de 1982¹³, nos quais se pensou o projeto de profissão, no que tange à formação profissional, construindo, assim, uma base concreta para o processo de consolidação das diretrizes de 1996.

O processo desencadeado na reforma curricular deve-se à atuação coletiva dos sujeitos envolvidos por meio de ampla mobilização profissional e estudantil, com realização de oficinas em âmbito local, regional e nacional, garantindo o pluralismo nos debates e transparência nas decisões.

Entre 1994 e 1996, registram-se diversos momentos coletivos envolvendo a comunidade acadêmica e toda a categoria profissional em um amplo e democrático debate sobre as Diretrizes Curriculares, contabilizando 200 oficinas locais, em 67 unidades de formação acadêmicas filiadas à ABESS, 25 oficinas regionais e 02 nacionais (ABEPSS/CEDEPSS, 1996).

Ao discutir sobre a análise da implementação dessas diretrizes (1996) nos currículos nos cursos de Serviço Social, Boschetti (2007), enfatiza dois aspectos centrais: o primeiro refere-se às análises endógenas da profissão, haja vista os princípios, os fundamentos e a direção de formação que defendemos para o Serviço Social, contidos nessa proposta de Diretrizes.

Essas vislumbram uma criticidade totalizante, todavia, em uma conjuntura de crise e de massificação da formação tecnicista essas sofrem tensionamentos que podem complexificar a sua

¹³ O Código de Ética de 1986 e o Currículo de 1982 são influenciados pela construção teórica de Gramsci, marcados pela explicitação da direção social da formação e prática profissional e o compromisso ético-político com a classe trabalhadora. A aproximação com a produção gramscianiana representa um grande avanço na intenção de ruptura, pois possibilita à categoria reavaliar sua retirada dos espaços institucionalizados, bem como potencializa a compreensão da contradição inerente ao fazer profissional e a realidade social e propicia a apreensão da coexistência entre hegemonia e contra-hegemonia, reconhecendo a profissão como contribuinte da construção de uma nova hegemonia. Na Convenção Geral da ABESS em 1993 indica-se a necessidade de uma revisão do Currículo Mínimo de 1982, como resultado do avanço teórico crítico construído pela categoria nesse período “Com base na compreensão de que uma revisão curricular supõe uma profunda avaliação do processo de formação profissional, face às exigências contemporâneas” (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 58).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

materialização, por isso é preciso ter cuidado com o que queremos e o que é demandado pelo mercado, essas contradições precisam ser apreendidas e enfrentadas.

O segundo refere-se à dificuldade em se falar num único desenho de currículo, haja vista os as instituições com aval do MEC construir seus currículos numa concepção de flexibilização própria do modo de produção atrelada às tecnologias. Assim, na formação existem diferentes currículos, com diferentes perspectivas, isso compromete um perfil profissional crítico orientado pelas Diretrizes da ABEPSS.

É na preocupação com esse desenho de currículo baseado em um perfil crítico e propositivo das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), que o MEC, na longa tramitação do processo de sua homologação (1997-2001), descaracterizou o perfil profissional, suprimiu os princípios¹⁴ e conteúdos das disciplinas indicados para a formação profissional, deixando assim as unidades de ensino sem referência, levando-as a implantar seus currículos, conforme suas próprias apreensões. Diante disso, o projeto pedagógico proposto pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), ao ser aprovado pelo MEC, sofre drásticas reduções e simplificações, que passam a comprometer a garantia de uma formação profissional generalista, como perspectiva de totalidade e socialmente referenciada.

Segundo Iamamoto (2009, p. 67) nas Diretrizes para os Cursos de Serviço Social do MEC/2002 a direção social, os conhecimentos e as habilidades consideradas essenciais ao desempenho do assistente social são fortemente descaracterizadas:

Assim, por exemplo, no perfil do bacharel em Serviço Social constava '[...] profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social', o que foi retirado e substituído por 'utilização dos recursos da informática.' Na definição das competências e habilidades, é suprimido do texto legal o direcionamento teórico-metodológico e histórico para a análise da sociedade brasileira [...]. Também os tópicos de estudos foram totalmente banidos do texto oficial em todas as especialidades. [...] Este corte significa, na prática, a dificuldade de garantir um conteúdo básico comum à formação profissional no país. O conteúdo da formação passa a ser submetido livre-iniciativa das unidades de ensino condizentes com os ditames do mercado.

Os tópicos de estudos foram retirados do texto oficial, acrescentando-se no seu lugar todas as especialidades. Essa desfiguração da direção crítica significa, na prática, a

¹⁴ São esses: flexibilidade na organização dos currículos, ou seja, autonomia e possibilidade na definição das disciplinas, bem como de outros componentes curriculares; rigoroso trato histórico e teórico metodológico da realidade social e do Serviço Social; adoção da teoria social crítica e da perspectiva de totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade; construção das dimensões investigativa e interventiva, enquanto central para formação; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; exercício e respeito ao pluralismo, entendendo-o enquanto elemento factual da vida social; ética enquanto princípio formativo; e, indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional (ABEPSS, 1996).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

impossibilidade de se garantir um conteúdo básico comum à formação profissional no país, nesse sentido, ele passa a ser submetido à livre iniciativa das unidades de ensino, públicas e privadas, em nome da flexibilização da formação acadêmico-profissional, que se expressa no estatuto legal, em concordância com os princípios liberais que vêm presidindo a orientação para o ensino superior, estimulando a sua privatização e submetendo-o aos ditames da lógica do mercado (Iamamoto, 2009).

Corroborar-se com Boschetti (2004, p.24), que o esvaziamento das diretrizes curriculares promovido pelo CNE não é apenas uma simplificação do conteúdo original, mas “[...] expressão de uma política de formação profissional predominantemente preparatória para o mercado, mais flexível, diversificada, reduzida, com habilitações específicas e sem preocupação com uma formação genérica e com perspectiva de totalidade”.

Nesse sentido, essa política institucional de formação confronta-se com a proposta de formação das diretrizes curriculares da ABEPSS, articulada com as dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativa e ético-político e em consonância com o código de ética profissional e com a lei de regulamentação da profissão, conformando o direcionamento do projeto ético-político-profissional, comprometido com a formação e o exercício profissional crítico, na perspectiva da transformação societária.

Portanto, em um contexto de flexibilização do mundo do trabalho e, conseqüentemente, das formas de ensino profissional, o processo de formação do Assistente Social enfrenta muitos desafios, principalmente porque se exalta uma formação profissional aligeirada e técnica para atender as exigências do mercado de trabalho.

No ensino à distância¹⁵, por exemplo, a tendência é reduzir à transmissão de conhecimentos ao imediatismo e ao aligeiramento, comprometendo com isso a qualidade da formação, cuja consequência é a precarização e banalização do ensino superior público, pois o interessante do mercado é uma atuação acrítica e naturalizadora, sem questionamento as contradições presente na relação trabalho e capital.

Sendo assim, Iamamoto (2009, p. 43-44) pontua os principais desafios que se apresentam à profissão do Serviço Social, especificamente ao processo de formação:

- A exigência de rigorosa formação teórico-metodológica que permita explicar o atual processo de desenvolvimento capitalista sob a hegemonia das finanças e o

¹⁵ É uma “modalidade de ensino que possibilita ao setor privado uma rápida e lucrativa expansão de matrículas, constituindo-se como importante alternativa a um mercado cujo público consumidor apresenta históricas limitações financeiras” (Pereira, 2014, p. 18).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

reconhecimento das formas particulares pelas quais ele vem se realizando no Brasil, assim como suas implicações na órbita das políticas públicas e consequentes refrações no exercício profissional;

- Rigoroso acompanhamento da qualidade acadêmica da formação universitária ante a vertiginosa expansão do ensino superior privado e da graduação à distância no país;
- A articulação com entidades, forças políticas e movimentos dos trabalhadores no campo e na cidade em defesa do trabalho e dos direitos civis, políticos e sociais;
- A afirmação do horizonte social e ético-político do projeto profissional no trabalho cotidiano, adensando as lutas pela preservação e ampliação dos direitos mediante participação qualificada nos espaços de representação e fortalecimento das formas de democracia direta;
- O cultivo de uma atitude crítica e ofensiva na defesa das condições de trabalho e da qualidade dos atendimentos, potenciando a nossa autonomia profissional.

O projeto de formação profissional hegemonicamente defendido pela profissão encontra, com base nos desafios expostos, a oferta de uma formação em paralelo articulada às concepções hegemônicas da lógica neoliberal, de um ensino pragmático, que exclui a apropriação histórico-crítica do conhecimento humano e reifica as bases da reprodução da consciência alienada.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É nesse contexto, que a hegemonia teórica e política na profissão passa a ser questionada pelos adeptos do pensamento pós-moderno e de vertentes teóricas conservadoras, na atualidade, camufladas de Serviço Social autônomo/empreendedor.

Esses questionamentos estão inseridos em uma conjuntura de transformações societárias em curso, com severos rebatimentos tanto no plano político-econômico, como no sociocultural. Essas mudanças conjunturais desdobram no Serviço Social, reanimando e reagrupando correntes conservadoras presentes no interior da profissão (Cantalice, 2013).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Esses extratos conservadores na profissão incorporam a desqualificação ao marxismo e a razão dialética, esvaziando a dimensão ontológica do real e impugnando o humanismo, a dialética, a totalidade, o método e a história.

Tem-se, desse modo, de uma aliança entre as tendências conservadoras da profissão e o neoconservadorismo pós-moderno no plano ideopolítico, cuja máxima é a recusa às metanarrativas construídas na modernidade, nesse sentido, sua inflexão prática volta-se para a micro-atuação e a culpabilização dos indivíduos (Cantalice, 2013).

Segundo Mota e Amaral (2014) o século XXI impõe uma conjuntura bastante contraditória ao Serviço Social. Ao passo que a categoria chega neste marco com um arcabouço crítico institucionalizado, ela passa, também, a sofrer inflexões da “[...] ofensiva neoconservadora a qual reedita traços da vertente de modernização e de reatualização do conservadorismo, em oposição à tendência de ruptura” (Netto, 2001).

Esses traços da “profissionalidade do Serviço Social, arraigados no seu substrato ideoteórico e cultural, perfilam a antimodernidade enquanto um componente propício à influência pós-moderna nessa especialidade do trabalho” (Santos, 2007, p.46). Sumariamente, são tendências conservadoras, sincréticas e ecléticas, que se expressa na formação profissional e no exercício profissional.

REFERÊNCIAS

ABESS; CEDEPSS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). In: Cadernos ABESS, n. 7, São Paulo: Cortez Editora, 1997.

AMARAL, A. S. do. Perfil das Unidades de Ensino. In: Pesquisa Avaliativa da Implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social – Relatório Final – ABEPSS, CD-ROM, São Luís, out., 2008.

BOSCHETTI, I. Exame de proficiência: uma estratégia inócua. In: Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, ano 29, n. 94, p. 5-21, 2007.

CANTALICE, L. O neoconservadorismo na produção de conhecimento em serviço social: tensões entre o pós-moderno e o projeto profissional. *Temporalis*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 32, 2016.

IAMAMOTO, Marilda. Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2012.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: Serviço Social: direitos e competências profissionais. CFESS, Brasília, 2009.

KOIKE, Maria Marieta. Formação Profissional em Serviço Social: exigências atuais. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Conselho Federal de Serviço Social- CFESS/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social-ABEPSS, v.1. Brasília, 2009.

MOTA, A. E, AMARAL, A. Serviço Social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000. In: MOTA, A.E, AMARAL, A. (ONG). Serviço Social brasileiro nos anos 2000: cenários, peijas e desafios. Recife, Editora da UFPE, 2014.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: Serviço Social & Sociedade. Editora: Cortez. São Paulo, ano XVII, n.50, 1996.

NETTO, José P. Capitalismo monopolista e serviço social. 3º Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José P. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16º Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, L. D. Análise comparativa entre expansão dos cursos de Serviço Social EaD e presenciais. Temporalis, Brasília, ano XIV, n. 27, jan./jun. 2014.

SIMIONATTO, Ivete. As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-prática. In: Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

YAZBEK, M.C. Os fundamentos históricos e teóricos metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.